

REVISTA SAÚDE MENTAL E SUBJETIVIDADE DO UNIPAC

Editorial

Retomada com renovado vigor, a *Revista Saúde Mental e Subjetividade* apresenta o segundo número desta sua nova fase, resultante de muito empenho e de grande trabalho de muitas mãos parceiras, além do necessário apoio institucional do UNIPAC. A publicação reitera, neste número, o seu compromisso com discussões contemporâneas e críticas sobre realidades, práticas e políticas relativas ao sofrimento psíquico e às possibilidades de sentidos e de tratamentos dados a eles.

A riqueza e a atualidade dos artigos reunidos aqui demonstram quão vivos permanecem os ideais da Reforma Psiquiátrica Brasileira para os muitos pesquisadores e trabalhadores envolvidos com o cuidado aos que sofrem, ideais historicamente marcados há mais de cinquenta anos, no já longínquo ano de 1967, quando da publicação da *Ata de Porto Alegre*, que trouxe as primeiras notícias sobre a criação de uma rede de atenção extra-hospitalar para os pacientes em sofrimento e sobre a necessidade de uma reestruturação no então Serviço Nacional de Doentes Mentais. Talvez não seja justa a denominação de Reforma *Psiquiátrica* para um movimento nacional tantas vezes protagonizado por diversas categorias profissionais de trabalhadores da Saúde, incluindo-se os próprios usuários dos serviços públicos envolvidos.

O leitor terá acesso neste número da Revista à leitura do relato de uma experiência de Romagnoli e Souza Lima, no qual toda a complexa rede social, que envolve a produção do bem-estar ou do sofrimento subjetivo em um adolescente sem proteção social, é exposta e refletida, a partir da demanda do caso aos trabalhadores da saúde mental do município de Belo Horizonte. Dificuldades da rede assistencial, naturalização do núcleo familiar e assujeitamentos são apontados como realidades e riscos da situação abordada; no entanto, permanece a aposta no acolhimento às diferenças e na intersectorialidade dos serviços assistenciais.

Uma revisão integrativa de Alves, Brandão e Bacelar Jr. aborda o tema crucial da medicalização da infância na contemporaneidade. A medicalização, conceito de uso crescente nos meios *psi*, vem escamotear causas econômicas, sociais e culturais de comportamentos tomados como disruptivos. Implica, segundo a amostra da faixa etária que o artigo aborda, um excesso nas prescrições de psicofármacos e um apagamento da singularidade de cada uma das crianças.

Em perspectiva diametralmente oposta, é possível ler no artigo de Oliveira Neto e Palombini o resultado de uma pesquisa sobre uma proposta de autonomia por parte dos usuários da rede de assistência, quanto à administração de suas próprias medicações, ainda que partilhada com todos os envolvidos nos seus tratamentos. Embora os resultados da pesquisa tenham demonstrado baixa apropriação do espaço de protagonismo por parte dos usuários, é promissor reconhecer que tais práticas possam ser concebidas e que sejam já aplicadas e estudadas em alguns estados do território nacional. Outra prática alternativa aliada às técnicas de cuidado é abordada por Paim e colaboradores em artigo que trata de uma oficina terapêutica de um CAPS, onde os usuários produzem um jornal sobre temas diversos, incluindo-se gastronomia, cinema e notícias variadas. O trabalho desenvolvido demonstrou grande potencial de envolvimento, corresponsabilidade e colaboração naquele dispositivo desenvolvido na Rede.

Também como produto da beneficência dos CAPS, o artigo de Batista e colaboradores apresenta o resultado de uma pesquisa sobre a saúde mental de mulheres em um município do interior do estado de Rondônia. Através do método de Psicologia Discursiva, foi analisada a produção do sentido que mulheres em depressão psíquica davam ao seu sofrimento. O artigo tem, entre outros méritos, dar vozes e ouvidos à tristeza e à solidão daquelas mulheres, que têm sua dor frequentemente desqualificada por seus cônjuges e familiares.

Na vertente da clínica psicanalítica individual, temos o interessante artigo de Torres e Pinheiro que, a partir de um caso clínico específico, trata do conceito de contratransferência numa abordagem histórica, que vai de Freud à segunda geração de psicanalistas (Ferenczi, Stern, Lacan, Heimann e Winnicott). O reconhecimento das divergências teóricas e a cautela frente à complexidade do tema norteiam os argumentos dos autores.

Finalmente, e em consideração à realidade premente dos efeitos psíquicos da pandemia de Covid-19, a Revista traz dois artigos relacionados ao assunto. Schmitz e Soares nos apresentam o resultado de um levantamento bibliográfico sobre o impacto da pandemia e sobre a adaptação de serviços de suporte aos que passaram a sofrer sintomas de ansiedade e depressão, destacando a possibilidade de atendimento remoto e psicoterapia online. Mendes e colaboradores debatem a saúde mental de médicos e enfermeiros que tratam dos pacientes de Covid-19, tematizando os fatores de risco relacionados à saúde mental. Achados e pistas importantes para o enfrentamento daqueles fatores são apresentados no artigo.

Por fim, agradecemos a generosidade dos autores pela partilha dos trabalhos, aos nossos pareceristas pela colaboração de suas apreciações, ao prof. Helder Pereira pela cuidadosa revisão dos textos, ao nosso pró-reitor Fernando de Souza Santana e ao reitor Fábio Afonso Borges de Andrada por seus apoios fundamentais.

Que os nossos leitores façam uma ótima leitura e se permitam uma boa reflexão.

Comissão editorial.
Barbacena, 15/12/2021